



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

Lei nº 52/2001

DE 10 DE JANEIRO DE 2001

REGULAMENTA A DESTINAÇÃO
DE RECURSOS PARA ATENDER
NECESSIDADES DE PESSOAS
FÍSICAS E DAS OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - A presente tem o objetivo de regulamentar a destinação de recursos para pessoas carentes do município, visando atender necessidades comuns e de baixo custo, estabelecendo critérios e forma de comprovação.

Art. 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a realizar despesas com destinação de recursos para atender necessidades de pessoas físicas, que comprovem ser pobre na forma da lei e não tenham meios de suprir suas necessidades, tais como:

- a) assistência médica;
- b) assistência odontológica;
- c) exames médico e laboratorial de qualquer espécie, inclusive por imagem;
- d) exame de vista;
- e) para aquisição de óculos;
- f) para aquisição de equipamentos;
- g) para aquisição de passagens e serviços de fretes;
- h) para aquisição de material de construção;
- i) para aquisição de gêneros alimentícios;
- j) para aquisição de material escolar, didático e pedagógico;
- k) para atendimento a gestante e ao recém-nascido, inclusive com enxoval;
- l) para aquisição de colchões, redes e agasalhos;
- m) para aquisição de medicamentos;
- n) para aquisição de ataúdes e mortalhas.

§ 1º - A destinação de recursos, compreenderá o repasse de valores monetários direto para o beneficiário carente, ou a aquisição e distribuição de produtos, gêneros ou serviços mencionados neste artigo.

§ 2º - O atendimento aos carentes, com qualquer dos itens constantes neste artigo depende do prévio cadastramento das pessoas necessitadas, por meio da Secretaria competente, devendo constar do cadastro, nome completo do beneficiário e de todos os seus dependentes, data de nascimento, estado civil, profissão, número de documento identificador e endereço e condição econômica de cada um.

§ 3º - A pessoa responsável pela família cadastrada firmará declaração dando conta de que é pobre na forma da lei, e, o declara sob as penas legais, e, se restar dúvida quanto ao estado de pobreza do beneficiado determinará o secretário da pasta responsável pelo cadastramento, que seja feito levantamento e estudo sobre a situação econômica do cadastrado.

§ 4º - A comprovação da realização do benefício dar-se-á mediante a assinatura do beneficiado ou responsável legal, em termo de doação circunstanciado que comprove o valor, quando for o caso o recebimento do bem ou serviço, devendo ainda constar o nome completo, endereço e documento de identificação.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

Art. 3º - A distribuição dos gêneros, produtos, serviços ou de dinheiro, atendidos os critérios estabelecidos será feito pelo chefe do Poder Executivo ou pelo Secretário da pasta atinente ao programa ou serviço, ou ainda por designação do próprio Prefeito.

Art. 4º - Para o atendimento do que determina esta lei serão observados os princípios de direito administrativos e as normas estabelecidas na Constituição Federal, na Lei Complementar 101/2000 e demais normas pertinentes e aplicáveis a espécie.

Art. 5º - O chefe do Poder Executivo, se necessário, por Decreto, baixará norma complementar que regulamente o que consta da presente lei.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário e retroagindo os seus efeitos ao dia primeiro de agosto de dois mil.

Gabinete do Prefeito Municipal de SANTA TEREZINHA-PB
Em, 10 de janeiro de 2001


JOSÉ AFONSO GAYOSO FILHO
Prefeito Municipal